

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

Gestão de Áreas Protegidas: Estudo de caso na Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba,
Augusto Correa/PA

AUTORIA

CLAUDIA SIMONE DA LUZ ALVES

E-mail: cluzalves@gmail.com

Instituição de filiação: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

RESUMO

O presente artigo traz uma reflexão sobre os desafios da gestão na Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, município de Augusto Correa/PA, a partir da interpretação do conceito de áreas protegidas estabelecido pela União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN. O foco do estudo é a atuação do Órgão Gestor e da Associação de Usuários para atingir os objetivos de criação da unidade que é proteger o ecossistema e garantir o uso sustentável dos recursos. Metodologicamente, o estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográficos e documentais e levantamentos de campo, incluindo conversas informais com gestores e usuários. Como resultado do estudo, foram identificados alguns gargalos enfrentados pelo Órgão Gestor e Associação de Usuários para atingir os critérios estabelecidos pela UICN e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, apontando a necessidade de fortalecer a gestão em vários aspectos, incluindo instrumentalização da RESEX, melhoria do diálogo com as comunidades e investimentos em recursos humanos e financeiros para garantir a manutenção dos recursos naturais e desenvolvimento econômico e social da população tradicional.

Palavras-chave: UICN, Gestão de Áreas Protegidas, RESEX.

Eixo Temático 4: Gestão pública e desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A gestão de áreas protegidas no Brasil é um desafio constante para gestores e comunidades. Sejam as definidas por lei específica como “espaços especialmente protegidos” como se configuram as unidades de conservação, sejam as estabelecidas informalmente por populações locais devido à ancestralidade do uso e importância sociocultural, como o são alguns locais habitados por comunidades ribeirinhas da Amazônia, as áreas protegidas requerem atenção e cuidado para manter a integridade de seus recursos naturais e garantir que se cumpra a sua função social, econômica e ambiental.

Embora o conceito de “área protegida” tenha algumas interpretações à luz da legislação brasileira e de convenções internacionais, como o definido no art. 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica (1992), neste artigo será adotada a definição da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) de “...espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e manejado através de meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados” Borrini-Feyerabend *et al* (2017, p. 5). Tal definição não contradiz o estabelecido na lei brasileira nem na Convenção Internacional, porém é um conceito mais abrangente que suscita reflexões sobre a temática escolhida para este artigo.

Por outro lado, a legislação brasileira estabelece dentre as categorias de “espaço especialmente protegido” as Unidades de Conservação, nas quais são aplicadas restrições e regulamentos previstos pela Constituição de 1988. O território das unidades de conservação, compreendendo seus recursos, seu espaço físico, relação com as populações tradicionais ou não, suas formas de gestão e participação e demais critérios e normas relacionados à criação, implantação e gestão dessas unidades são definidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da Natureza-SNUC (BRASIL, 2000).

Tais definições são aplicadas a quaisquer das três esferas administrativas da União e têm como objetivo a proteção dos recursos naturais e garantia de uso sustentável, abrangendo as dimensões ambientais, sociais e econômicas do território. A nível federal, foram estabelecidas 334 unidades de conservação distribuídas em duas categorias: Proteção Integral e Uso Sustentável. Ambas estão sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão federal criado em 2007 especificamente para gerir essas unidades. Dentre as de Uso Sustentável estão as reservas extrativistas que compatibilizam conservação e uso dos recursos por população tradicional.

Retomando as definições da UICN, as reservas extrativistas estão inseridas na categoria de “áreas protegidas, com uso sustentável dos recursos naturais”, cuja descrição é:

Áreas que conservam ecossistemas, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente grandes, principalmente em condição natural, com uma parte sob gestão sustentável de recursos naturais, e onde o baixo nível de uso de recursos naturais não industriais, compatível com a conservação da natureza, é considerado um dos principais objetivos (Borrini-Feyerabend et al (2017, p. ii).

Nesse sentido, embora tenha havido um esforço para estabelecer áreas protegidas ao longo de vários governos, o Brasil ainda oscila entre a conservação dos recursos e a promoção do desenvolvimento econômico e social das populações locais afetadas pelas unidades de conservação. Considerando a política ambiental brasileira, na qual as reservas extrativistas e as populações tradicionais não estão entre as prioridades no estabelecimento de políticas sociais e econômicas, gerir esse espaço protegido de maneira eficaz exige um grande esforço das pessoas que estão diretamente envolvidas na gestão.

Para refletir sobre a gestão de áreas protegidas, tendo por preceito as definições legais do SNUC e os conceitos da UICN, foi selecionada como estudo de caso a Reserva Extrativista Marinha de Arai-Peroba (RESEX Arai-Peroba), no município de Augusto Correa, Pará, Brasil. Esta unidade, estabelecida em 2005, enfrenta dificuldades na sua gestão atreladas à atuação do órgão gestor e das próprias comunidades, representadas pela Associação de Usuários.

O estudo utilizou pesquisas de campo, levantamento bibliográfico e documental. Em campo, as conversas informais com comunitários e gestores apontaram para as dificuldades enfrentadas pelo Órgão Gestor e pela organização comunitária na implementação de ações de gestão na Reserva Extrativista Arai-Peroba, impondo uma barreira na participação das comunidades na gestão e gerenciamento dos recursos, ao mesmo tempo em que trava os processos de consolidação da RESEX pelo Órgão Gestor.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologicamente esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, com cunho qualitativo, ancorada na pesquisa bibliográfica e documental e levantamento de campo.

O arcabouço teórico baseou-se em conceitos da legislação brasileira aplicada às unidades de conservação e os conceitos da UICN, adotados em diversos países, inclusive o Brasil.

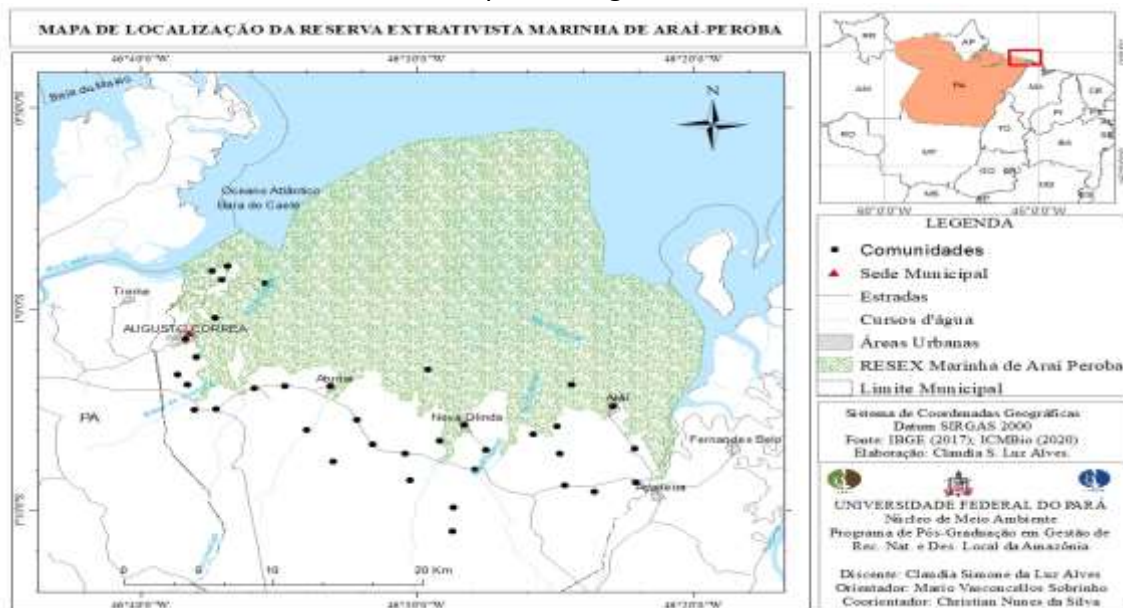
Foram realizados levantamentos em documentos disponibilizados pelo ICMBio para entendimento de como funciona a gestão da RESEX Araí-Peroba.

O levantamento de campo consistiu em conversas informais com gestores e comunitários da RESEX Araí-Peroba para apreender a perspectiva dos envolvidos na gestão da unidade. As incursões ocorreram no período de setembro de 2019 a março de 2020, durante atividades do Órgão Gestor relacionadas à formação do Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação.

As atividades relacionadas a etapa de campo foram realizadas nas comunidades localizadas no entorno da RESEX Araí-Peroba, localizada no município de Augusto Correa/PA onde residem os pescadores que constituem a população tradicional da RESEX.

Na Figura 1 está representada a unidade de conservação objeto do estudo com a localização das várias comunidades onde residem os usuários.

Figura 1 – Mapa de Localização da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, município de Augusto Correa/PA.



Fonte: Elaboração da autora, utilizando dados do IBGE (2017); ICMBio (2020) e levantamentos de campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender a governança nas áreas protegidas, Borrini-Feyerabend *et al* (2017) desmembraram a definição do termo refletindo sobre o significado de cada um dos conceitos inseridos na definição das áreas protegidas.

Adotando a mesma metodologia da UICN, podemos entender a gestão da RESEX Araí-Peroba em cada um dos termos:

- Espaço geográfico definido, reconhecido, com objetivo específico:

A Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba teve seu território definido através do Decreto Presidencial s/nº de 20 de maio de 2005 e decreto de ampliação em 10 de outubro de 2014. São 62.104,73 hectares de áreas de manguezais e espelho d'água no município de Augusto Correa, Estado do Pará. Limita-se à leste com a RESEX Gurupi-Piriá e a oeste com a RESEX Caeté-Taperaçu. O objetivo dessa unidade é proteger o ecossistema de manguezais e a população de pescadores que sobrevivem da pesca artesanal de subsistência e captura de caranguejo. Nesse ambiente marinho-costeiro, a manutenção dos recursos naturais está em estrita relação com a sobrevivência da população tradicional.

O movimento dos pescadores para a criação da RESEX se deu no final da década de 1990, estimulados pelas discussões ambientais que estavam ocorrendo nos municípios vizinhos e pela pressão sobre os recursos pesqueiros devido a pesca predatória e invasão de pescadores de outras regiões (Santos et 2013). As mesmas dificuldades levaram pescadores das regiões próximas a Perimirim, Aturiaí e Nova Olinda a solicitarem a ampliação da RESEX logo após sua criação, pois o decreto original contemplou apenas nove comunidades na região do Araí (ICMBio, 2014).

No estudo de criação da unidade, são definidos quem são os beneficiários e apontadas as comunidades onde esses usuários residem. Na RESEX Araí-Peroba, essa população se distribui por 38 comunidades, resultando num universo de cerca de 4000 famílias beneficiárias. Não cabe ao usuário dizer quais são os limites físicos do seu território, tal definição é feita através de estudos realizados por terceiros (consultoria contratada pelo Órgão Gestor) que irão identificar a importância ambiental e social daquele espaço geográfico pretendido como RESEX. As manifestações dos usuários podem ser feitas durante a etapa de mobilização e audiência pública. Em alguns casos, isso gera uma confusão de entendimento nos usuários, pois durante as mobilizações para a criação da unidade há os indicativos da área afetada, que podem não corresponder aos limites estabelecidos no decreto.

Nesse contexto de espaço estabelecido, pode-se dizer que juridicamente a RESEX condiz com as definições da UICN: espaço geográfico e objetivos definidos claramente. Porém, do ponto de vista do entendimento da população tradicional não há uma definição clara sobre o que é a RESEX, o que ela representa e quais seus limites físicos. Nem mesmo as instituições locais têm uma visão clara desses limites e dos impactos que o estabelecimento da unidade de conservação tem sobre o campo de atuação dessas instituições.

Para a gestão funcionar são estabelecidos diferentes instrumentos de gestão: Conselho Deliberativo, Plano de Manejo, Acordos (de Gestão, Plano de Uso), Contrato de Concessão do Direito Real de Uso que colaboram para a consecução dos objetivos da unidade e orientam os usuários quanto ao seu compromisso de uso sustentável dos recursos. Atualmente a RESEX não dispõe de nenhum desses instrumentos. Conselho Deliberativo e Contrato de Concessão do Diteiro Real de Uso foram estabelecidos para a unidade criada em 2005, mas não foram atualizados após a ampliação.

O objetivo para criar uma unidade de conservação na categoria RESEX é o uso sustentável dos recursos, o que significa compatibilizar manutenção dos ecossistemas e desenvolvimento econômico e social da população tradicional. Se a população não se apropria dos conceitos nem entende seu papel na gestão, não conhece os limites físicos e os instrumentos que regulam o uso dos recursos pode-se dizer que para esta primeira definição da UICN, a RESEX Araí-Peroba ainda está em estágio inicial de implementação.

- Manejado através de meios eficazes:

Embora o SNUC traga definições importantes quanto a regulamentação do território das reservas extrativistas, também traz a obrigatoriedade de a gestão ser realizada por um órgão governamental, no caso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio. Isso traz implicações importantes e até restritivas quanto ao uso dos recursos, submetido à normas específicas estabelecidas para cada tipo de unidade de conservação, e quanto o acesso da população tradicional à determinadas políticas públicas tais como crédito, assistência técnica e direitos sociais como aposentadoria e auxílio maternidade.

Para a gestão ser eficiente, deve haver comprometimento tanto do órgão gestor quanto da população afetada pela unidade de conservação em alcançar os objetivos de criação da unidade.

Atualmente, a RESEX Araí-Peroba não possui Plano de Manejo, o Conselho Deliberativo está em processo de reativação, não há cadastramento de usuários nem Acordos que regularizem o uso dos recursos. Após a ampliação da RESEX, o número de comunidades

afetadas passou de nove para trinta e oito, com grande distância entre elas e baixa organização comunitária, dificultando a gestão.

Canto *et al* (2018) consideram que os territórios são construídos assimetricamente pelos diferentes sujeitos que o utilizam em funções de sua própria condição social e econômica. As falhas ocorridas na gestão da unidade no período de 2005 a 2014, com a fraca atuação do órgão gestor, refletiram na dificuldade de mobilização e envolvimento das comunidades durante a fase dos estudos para a ampliação dos limites das RESEX. Tal dificuldade é relatada pela consultoria contratada pelo ICMBio, destacando a ausência de organizações comunitárias de base e a forte atuação de organizações ligadas às igrejas e prefeitura municipal (ICMBio, 2014).

No que tange à organização comunitária na RESEX Araí-Peroba, observa-se uma dificuldade no reconhecimento de lideranças em algumas comunidades. A maioria está diretamente ligada aos movimentos das igrejas católicas ou evangélicas, profissionais da educação (professores e diretores de escolas) e saúde (agente comunitário de saúde). Na ponta oposta, o gestor da Unidade, que também é presidente do Conselho Deliberativo, é nomeado pelo ICMBio, trazendo uma carga de responsabilidade sobre uma única pessoa e cujas decisões afeta a vida dos muitos usuários da RESEX.

Para entender como tal situação se reflete sobre o manejo dos recursos e na efetividade de gestão, antes é necessário lançar um olhar sobre a atuação do órgão gestor e da Associação de Usuários.

Desde a criação do ICMBio, em 2007, a gestão da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba tem passado por mudanças que afetaram a consolidação da gestão e a implementação de instrumentos importantes tais como o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo. Essa fragilidade na gestão coloca em risco o manejo dos recursos naturais, relacionados aos manguezais e sistema costeiro marinho, de onde são extraídos crustáceos, moluscos e diversas espécies de peixes de grande importância para as comunidades locais.

Na época de sua criação em 2005, a RESEX era administrada pelo IBAMA com sede em Belém, acarretando dificuldades em manter a presença institucional na unidade de conservação. Na estrutura do IBAMA havia o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais-CNPT (atualmente está na estrutura do ICMBio como Centro de Pesquisa), com alguns servidores atuando na gestão das várias reservas extrativistas marinhas do litoral paraense, sem estarem oficialmente designados como gestores de unidade. Em 2007, com a entrada de novos servidores para o quadro do IBAMA, foi designado um gestor para a RESEX, porém com raras idas a campo devido às restrições orçamentárias e dificuldades logísticas enfrentadas pelo órgão gestor. Mesmo com a criação do ICMBio neste mesmo ano o cenário permaneceu, sendo alterado

somente em 2010 quando foi instalada a sede administrativa desta RESEX e de outras três unidades no município de Bragança.

A instalação da sede em Bragança possibilitou uma atuação mais forte do órgão gestor, com maior interação entre gestor e comunidade, facilitando o diálogo com os usuários e suas representações legais, buscando promover de fato a cogestão das unidades. Nessa época, iniciaram as discussões do Plano de Manejo, o Conselho Deliberativo estava atuante e houve avanços no estabelecimento das políticas de Reforma Agrária, com a concessão de créditos e construção de casas para os pescadores.

Entretanto, de 2010 a 2020 houve troca de gestor nesta RESEX por cinco vezes, gerando uma quebra na relação de confiança com os usuários e instabilidade na gestão, pois não havia equipe para dar continuidade ao trabalho, uma vez que apenas um servidor era lotado na unidade. Em 2018, uma nova configuração na administração do ICMBio juntou a gestão das quatro reservas extrativistas da região bragantina, estabelecendo a gestão em áreas temáticas, extinguindo, por conseguinte, a figura de chefe de unidade de conservação. Na equipe de gestão atual, nova alteração ocorreu com a saída do responsável pela temática socioambiental que atua diretamente com as comunidades e com o Conselho Deliberativo. As constantes trocas de servidores designados para a atuação na unidade dificultam a obtenção de resultados mais duradouros e continuados na gestão.

De acordo com o ICMBio, no caso de três servidores, a saída se deu por motivações pessoais relacionadas ao retorno desses servidores à sua região de origem. O concurso do ICMBio se dá a nível nacional e é comum servidores de outras regiões do país serem lotados na Amazônia, onde ficam durante algum tempo para em seguida pedir remoção para outras regiões. As outras duas saídas estão relacionadas à reestruturação do órgão em núcleos gerenciais. Outro fator é a formação desses gestores em áreas diversas do conhecimento, sem formação técnica na área administrativa e de gestão. Alguns fatores técnicos e operacionais considerados entraves na gestão estão listados na Tabela 1.

Tabela 1- Principais gargalos para a atuação do ICMBio na gestão da RESEX Araí-Peroba.

GESTÃO DO ICMBIO		
Entrave	Consequência	Reflexo na Gestão
Equipe de gestão sem pessoal suficiente	Até 2018, a gestão da unidade era realizada por um único servidor	Tal situação reflete na descontinuidade das ações realizadas nas comunidades e dificuldade de manter uma rotina de atividades em campo. Falhas na elaboração e implementação dos instrumentos de gestão (Conselho Deliberativo, Acordos de Gestão, Plano de Manejo, Cadastramento de Usuários, dentre outros)
Falta de estrutura física, financeira e equipamentos	A UC não possui embarcação, estrutura física de apoio na unidade nem orçamento para execução de atividades e só recentemente passou a dispor de veículos.	Sem essa estrutura mínima há evidente comprometimento da gestão com ausência da equipe gestora nas comunidades. Unidade sem recursos para discutir e implementar os instrumentos de gestão.
Dimensões da UC e logística de acesso às comunidades	Grande distância entre as comunidades, acesso por estradas não pavimentadas, necessidade de mais de um servidor para realizar as atividades, demanda maior recursos financeiros.	Atuação pontual, priorizando as comunidades-polos; necessidade de atuar com representações comunitárias, menos ações diretas com os usuários.
Desmotivação da equipe gestora	Troca de gestores	Descontinuidades de ações desenvolvidas, dificuldade de implementar os instrumentos de gestão.
Sobrecarga na função do gestor	Muitas funções para um único servidor, tais como atendimento de rotinas administrativas, articulação com as instituições, planejamento e execução de ações (fiscalização, Conselho, reuniões, organização de eventos, etc), atendimento de demandas de licenças e autorizações, dentre outros.	Dificuldade de estabelecer priorização das atividades. Diminuição do contato direto com a comunidade e necessidade de interlocutores (Associação de Usuários, representantes de polos).
Formação técnica dos gestores em diferentes áreas	Gestores da RESEX com formação em biologia, medicina veterinária, direito e outras. Nenhuma relacionada à gestão ou administração pública.	Desconhecimento da realidade local; Dificuldade na relação com as comunidades tradicionais.

Fonte: Elaborado pela autora com informações do ICMBio e observações de campo.

Com relação à atuação da Associação de Usuários-AUREMAP e o papel dos usuários na gestão da unidade, notam-se as inconsistências na gestão, semelhante às enfrentadas pelo ICMBio. Se nas unidades de conservação há uma obrigatoriedade da presença do Estado, nas reservas extrativistas a Associação de Usuários exerce um papel importante, servindo de elo entre o órgão gestor e os usuários. Uma organização comunitária fraca ou incipiente é um desafio a ser vencido para garantir a manutenção dos recursos e o desenvolvimento econômico e social das populações locais.

Visando melhorar a gestão, a AUREMAP agrupou as comunidades em Polos Comunitários, seguindo as indicações do estudo de criação e ampliação da unidade. Foram estabelecidos sete polos, cujos representantes têm assento no Conselho Deliberativo e auxiliam na interlocução entre as várias instâncias de gestão e a comunidade.

Entretanto, o longo período sem atividade na RESEX e as mudanças na direção da AUREMAP, também acarretaram prejuízos à gestão local, alimentando a falta de interesse da comunidade na gestão da RESEX. Não houve investimentos no fortalecimento das comunidades, em organização social ou projetos econômicos. As ações pontuais não foram suficientes para manter viva a gestão, e a AUREMAP perdeu a credibilidade junto aos usuários, principalmente após cessarem os programas de Reforma Agrária e Bolsa Verde. Por outro lado, o desinteresse dos usuários nas questões ambientais e administrativas da RESEX também desestimula as lideranças comunitárias e a diretoria da AUREMAP.

Outro fator que contribui para fragilizar a gestão é a implementação das políticas públicas destinadas à RESEX, as quais chegam desconectadas da realidade, ou nem chegam aos usuários, levando os usuários ao descrédito na atuação do Órgão Gestor e da Associação de Usuários. Fatores adicionais, considerados gargalos na gestão da AUREMAP, são demonstradas na Tabela 2.

Tabela 2 – Gargalos na Gestão da RESEX Araí-Peroba sob a perspectiva da AUREMAP e Usuários

GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS (AUREMAP)		
Entrave	Consequência	Reflexo na Gestão
Pressão Política sobre as lideranças	Disputas entre lideranças locais; envolvimento com grupos políticos e dependência da prefeitura; dificuldade de atuar junto à outras instituições como Sindicatos e Colônia de Pesca.	Enfraquecimento nas relações locais; uso político da RESEX; afastamento das instituições que atuam junto aos usuários.
Ausência de recursos financeiros e logísticos da AUREMAP	Desmotivação das lideranças locais e membros da Associação de Usuários; falta de equipamentos e veículos para deslocamento nas comunidades e atendimento das demandas dos usuários.	Restrição na área de ação da AUREMAP; ações pontuais nas comunidades; dificuldade de atendimento ao usuário.
Dimensões da UC	Dificuldade de comunicação e de acesso às comunidades; muitos usuários distribuídos em muitas comunidades.	Atuação por Polo; pouco envolvimento da Associação de usuários nas questões comunitárias.
Ausência do Órgão Gestor	Falhas na discussão e implementação dos instrumentos de gestão.	Inexistência de Conselho Deliberativo; falta de regimentos e controle na utilização dos recursos; usuários não cadastrados.
Fragilidade das Políticas Públicas	Descontinuidade de programas e projetos como Programa Nacional de Reforma Agrária (créditos, habitação), Bolsa Verde.	Descrédito dos usuários na atuação do Órgão Gestor e Associação de Usuários; maior pressão sobre os recursos para suprir as necessidades socioeconômicas dos usuários.
Falhas na atuação do ICMBio e AUREMAP	Desconhecimento dos usuários acerca dos objetivos da RESEX, seus limites físicos e papel do Órgão Gestor e Associação de Usuários	Dificuldades de implementar ações nas comunidades; desinteresse dos usuários na gestão da RESEX.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas visitas às comunidades.

Como visto nas Tabelas 1 e 2, há uma série de entraves na atuação do Órgão Gestor e da Associação de usuários. Considerando que estes são as principais agentes atuantes na RESEX, responsáveis pelas mobilizações e articulações que levam à formação do Conselho Deliberativo e elaboração do Plano de Manejo, principais instrumentos de gestão da reserva Extrativista, pode-se considerar que há um longo caminho a ser percorrido até chegar ao manejo eficaz dos recursos desta unidade de conservação.

Aquino e Rosa (2009) afirmam que as tensões entre os diversos sujeitos que atuam no território são reforçadas pela ausência de Plano de Manejo participativo, enquanto a atuação do poder público fica restrita às ações pontuais de fiscalização e impedimento de atividades econômicas predatórias. Porém, antes da discussão sobre Plano de Manejo, outros instrumentos têm de ser implementados na unidade como a instalação do Conselho Deliberativo e cadastramento de usuários. Tais ações exigem um esforço em mobilização, convencimento e diálogo com as comunidades, trazendo-as para o debate sobre a unidade de conservação e seus objetivos.

- Conservação da natureza a longo prazo, serviços ecossistêmicos e valores culturais:

Os benefícios gerados pelos ecossistemas estão diretamente relacionados ao bem-estar das pessoas, através do uso direto ou indireto dos recursos, a exemplo dos serviços que os manguezais oferecem às populações costeiras, incluindo valores éticos e culturais (ALMEIDA e COELHO Jr., 2018).

Dentre os serviços oferecidos pelos manguezais às populações tradicionais está o provimento dos recursos pesqueiros que garantem sua segurança alimentar e fonte de renda. Toda a área de manguezais do município de Augusto Correa está inserida na RESEX Araí-Peroba (incluindo a APA de Urumajó). A manutenção desse rico ecossistema está intrinsecamente ligada à sobrevivência das populações humanas que dependem desse ambiente.

Há uma nítida preocupação por parte dos pescadores em manter os manguezais e utilizar os recursos de maneira sustentável, embora não relacionando essa necessidade à existência da RESEX. Há cobranças sobre o órgão gestor, a Associação de Usuários e entidades locais (colônia, prefeitura, sindicato de pesca) para que haja atuação no sentido de inibir o uso inadequado dos recursos, exigindo ações de fiscalização.

Retomando as dificuldades de atuação das instituições listadas nas Tabela 1 e 2, nota-se que conservação desses serviços está em risco, pois sua manutenção exige não somente ações de fiscalizações, exige gestão, com cada um dos atores do território assumindo sua responsabilidade e interagindo entre si em ações colaborativas.

Se por um lado os usuários da RESEX assumem o ônus da manutenção dos recursos (são impedidos de pescar, capturar caranguejo ou utilizar outros produtos em determinadas épocas e locais), por outro há o bônus na manutenção do ecossistema, pois também são beneficiários diretos de todos os serviços que o ecossistema oferece (abundância de espécies, fonte de recursos econômicos e outros serviços ambientais) e acesso às políticas públicas da RESEX (programas e projetos de acesso exclusivo aos beneficiários da unidade de conservação, como acesso à habitação e crédito).

Equilibrar essa relação entre uso dos recursos e manutenção do ecossistema é outro ponto a ser refletido na gestão da RESEX, bem como a necessidade de envolver as novas gerações no compromisso com a gestão da unidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias mudanças na gestão da RESEX Marinha de Araí-Peroba ao longo de seus quinze anos de existência comprometem em algum grau a manutenção dos recursos da unidade, o engajamento das comunidades na gestão e a atuação do órgão gestor, indicando que há necessidade de se reavaliar vários elementos que constituem a gestão. Algumas das ações que poderiam trazer resultados positivos para a gestão são: revitalização do e fortalecimento do Conselho Deliberativo, maior presença institucional na unidade, ações de educação ambiental que despertem o interesse das comunidades nas questões ambientais e administrativas da unidade, palestras e cursos para esclarecimentos dos direitos e deveres dos usuários e fortalecimento da organização comunitária.

Ações específicas para consolidação da Unidade a serem adotadas pelo Órgão Gestor são: Implementar o Conselho Gestor, discutir os Acordos de Gestão, estabelecer parcerias com instituições locais como Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de Pesca que auxiliem na interlocução com os usuários; realizar o cadastramento dos usuários para identificação dos que tem direitos aos benefícios da unidade.

Ações da Associação de Usuários: motivar as comunidades a participar da gestão da unidade,

fortalecer as organizações de base, incentivar a formação de novas lideranças, atuar com as instituições parceiras em ações e projetos que propiciem a melhoria na qualidade de vida dos usuários.

Reforçar os laços entre poder público, comunidades e suas representações e instituições locais é o caminho para garantir a manutenção dos recursos e tirar a populações da condição de vulnerabilidade ambiental e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; COELHO Jr., C. Manguezais e Serviços Ecológicos. IN: **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília:ICMBio, 2108, 85-96. 176p. 2018.

AQUINO, M.J.S.; ROSA, B.N.L. Uso e proteção ambiental no litoral Atlântico Amazônico: em debate práticas e saberes em unidades de conservação. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, 2009. Disponível em <

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/61/42>
Acesso em 07 set 2020.

BORRINI-FEYERABEND, G., N. DUDLEY, T. JAEGER, B. LASSEN, N. PATHAK BROOME, A. PHILLIPS E T. SANDWICH (2017). **Governança de Áreas Protegidas: da compreensão à ação**. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas, No. 20, Gland, Suíça: UICN. xvi + 124pp. Disponível em <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020-Pt.pdf>. Acesso em 05 set 2020.

CANTO, O. *et al.* Conflitos Socioambientais e Gestão do Território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, Christian Nunes da; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa; SOBREIRO FILHO, José (Org). **Perspectivas e Análises do Espaço Geográfico**, Vol. 1, 1ª ed., Belém, GAPTA/UFPA, 2018. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/392/1/CapitulodeLivro_ConflitosSocioambientaisGestao.pdf. Acesso em 04 set 2020.

ICMBio. Estudo Socioambiental referente à proposta de ampliação da Reserva Extrativista Marinha de Ará-Peroba, Estado do Pará. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2014.

SANTOS, A.M; CHAVES, D. A; NOGUEIRA, K.N.S. A formação de RESEX marinhas e o uso comum dos recursos naturais – caso da Resex Ará Peroba (Pa). IN: X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Vitoria, ES, 2013.